



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Aquisição de mesas com pernas dobráveis para os Cartórios Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1 Motivação

As atividades de configuração de urnas dos Cartórios Eleitorais necessitam de mesas para acomodar as urnas eleitorais. Dentre todos os tipos de mesas que existem no mercado são as mesas com pernas dobráveis que melhor atendem a essa necessidade. Esse produto deve ser fabricado conforme as especificações que serão a seguir descritas para atender padrões satisfatórios de qualidade e ergonomia.

Portanto, de fundamental importância a aquisição das mesas com pernas dobráveis para que as atividades relacionadas às eleições possam ser realizadas com padronização de qualidade e segurança.

#### 2.2 Objetivos e Benefícios

Trata-se de solicitação de mesas com pernas dobráveis para acomodar as urnas eletrônicas dos Cartórios Eleitorais e para a utilização nas atividades relacionadas às Eleições. As mesas solicitadas oferecem praticidade nas atividades de configuração de urnas e proporcionam qualidade e conforto para os servidores e colaboradores nas atividades a serem realizadas.

É sabido que o mercado oferece vários modelos de mesas com pernas dobráveis, porém o modelo que melhor atende a Justiça Eleitoral é a mesa cuja especificação será apresentada.

As mesas a serem adquiridas pelo TRESC atendem aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e preço compatível com o mercado, atendendo perfeitamente às necessidades deste Tribunal, cujo resultado será a redução de tempo, custo e a realização de um trabalho de qualidade nas atividades atinentes às eleições.

#### 2.3 Alinhamento Estratégico

Na situação em análise, há necessidade de enviar mesas para acomodar as urnas que serão configuradas nos Cartórios Eleitorais do Estado, bem como para a realização de atividades concernentes às eleições, não havendo conflito com



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

qualquer outro serviço eleitoral.

### 2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE n. 36.223/2021.

### 2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, na quantidade estimada de 353 mesas com pernas dobráveis.

### 2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Trata-se do fornecimento de mesas com pernas dobráveis para os Cartórios Eleitorais, com as seguintes especificações:

#### Item 1: Mesas com pernas dobráveis

##### Tampo:

- ✓ Largura mínima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros) e máxima de 50 cm (cinquenta centímetros);
- ✓ Comprimento mínimo de 150 cm (cento e cinquenta centímetros) e máximo de 160 cm (cento e sessenta centímetros);
- ✓ Tampo em compensado com espessura mínima de 18 mm;
- ✓ Estrutura metálica com pintura eletrostática a pó, na cor preta, percorrendo mais de 80% do comprimento do tampo, garantindo rigidez e resistência da mesa;
- ✓ Revestimento em fórmica, na cor argila;
- ✓ Laterais com fita de PVC, na cor argila.

##### Pernas:

- ✓ Dobráveis, com sistema de dobradiças com travas que permitam o travamento na abertura e no fechamento;
- ✓ Pernas tubulares de aço carbono de no mínimo 1" (uma polegada);
- ✓ Paredes das pernas de no mínimo 1,5 mm (um milímetro e meio);
- ✓ Pintura eletrostática a pó na cor preta;
- ✓ Altura de no mínimo 73 cm (setenta e três centímetros) e no máximo 75 cm (setenta e cinco centímetros);
- ✓ Sapatas plásticas ou emborrachadas.
- ✓ **Quantidade: 353 (trezentos e cinquenta e três) unidades.**

\* Fotos Ilustrativas:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



### 2.8 Serviços adicionais

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.9 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação deverá ser por item.

### 2.10 Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

#### 2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.10.2 Critérios de Preferência e Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação será realizada por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

### 2.12 Impacto ambiental



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não é necessário.
Infraestrutura Elétrica	Não é necessário.
Logística de Implantação	Não é necessário.
Espaço Físico	Não é necessário.
Mobiliário	Não é necessário.
Impacto Ambiental	Não é necessário.

### 2.13 Conformidade técnica

Ressaltamos que, neste momento, os produtos que melhor atendem as necessidades deste Tribunal são aqueles cujas especificações estão elencadas no item 2.7 deste Projeto Básico.

### 2.14 Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica ao TRESP para conhecimento do padrão existente.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) previamente agendada com a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, pelo telefone (48) 3251-3865 (48) 984190232; e
- b) realizada pelo representante indicado pela empresa.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do padrão existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

### 2.15 Obrigações da Contratante



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

### **2.16 Obrigações da Contratada**

**2.16.1** executar o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e neste Projeto Básico, observado o seguinte:

- a) as mesas deverão ser entregues MONTADAS - incluídos todos os acessórios.
- b) as fitas de acabamento devem ser fixadas por processo mecânico, à quente;
- c) a empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto; e
- d) quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, das 13h às 19h, pelo telefone (48) 3251-3865 ou (48) 984190232;

**2.16.2.** Entregar os produtos em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRESC;

**2.16.2.1.** A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio dos telefones (48) 3251 3122 ou (48) 3251 3865, no horário das 13h às 18h, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico [aem@tre-sc.jus.br](mailto:aem@tre-sc.jus.br);

**2.16.3.** Entregar os produtos no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

**2.16.3.1.** Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESC;

**2.16.3.2.** Estando em mora a Contratada, os prazos para substituição de que tratam os subitens **2.16.3.1** e **2.16.4** não interromperão a multa por atraso prevista no item 1.8 do Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;

**2.16.3.3.** Em caso de substituição de produtos, conforme previsto nos subitens 2.16.3.1 e 2.16.4, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

devolução e nova entrega;

**2.16.4.** Fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano;

**2.16.5.** Dispor de assistência técnica durante o prazo da garantia;

**2.16.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

**2.16.7.** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

### **2.17 Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3 Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1.Requisitos Técnicos**

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.7 “Caracterização e Composição do Objeto”.

#### **3.1.2. Códigos SIASG**

Item 1: 108.219

#### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 14 de outubro de 2021.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **Anexo I - Plano de Fiscalização**

#### **1. Execução e Gestão do Contrato**

O gestor do contrato será a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

##### **1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada**

Não se aplica a esta contratação.

##### **1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma**

- a) os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;
- b) a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico [aem@tre-sc.jus.br](mailto:aem@tre-sc.jus.br);
- c) os produtos deverão ser entregues no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESC, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC - CEP 88133-971, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

##### **1.3. Instrumentos Formais**

A nota de empenho emitida em favor da empresa é a condição para informar do pagamento da despesa, quando da entrega dos produtos solicitados.

##### **1.4. Prazos de Garantia**

Fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

##### **1.5. Acompanhamento do Contrato**

O gestor da contratação será o Chefe da Seção de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou superior imediato.

##### **1.6. Recebimento Provisório e Definitivo**

A empresa deverá apresentar a nota fiscal dos serviços, a qual será conferida e atestada pelo setor competente:





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se a empresa descumprir as condições contratuais ficará sujeita às penalidades



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
  - b) não entregar a documentação exigida no edital;
  - c) apresentar documentação falsa;
  - d) causar o atraso na execução do objeto;
  - e) não manter a proposta;
  - f) falhar na execução do contrato;
  - g) fraudar a execução do contrato;
  - h) comportar-se de modo inidôneo;
  - i) declarar informações falsas; e
  - j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.2 Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.11.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.11.3 Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.4 As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “e” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.5 Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do(s) produto(s) em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6. Relativamente ao subitem 1.11.3, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.